

F  
643  
6846



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CARLOS COTTA  
Deputado Federal

# BNH E SALÁRIO MÍNIMO

Discurso proferido na sessão  
de 6 de setembro de 1971

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
NÚMERO	DATA
F288	1/12/71

### O SR. CARLOS COTTA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados,

Sejam as nossas primeiras palavras aquelas que ansiosamente aguardávamos o momento para proferir, de saudação ao Parlamento Brasileiro, para, como que num desencargo de consciência, externarmos tôda a nossa admiração ao Poder a que pertencemos e reafirmarmos perante a consciência nacional, aqui tão vivamente representada, o nosso propósito de servir à nossa Pátria.

Servem à Pátria não aquêles que tudo aprovam, não os que se acham sempre prontos a bater palmas, nem tampouco os que de tudo duvidam e que a tudo censuram, que vêem o mal e o êrro por todos os lados, mas, a servem os que são capazes de opinar, levantar as questões, sugerir providências e ter em mente que é preciso discutir e falar, afastando os excessos de um e de outro lado, para que se encontre um apoio sólido para a vida dos compatriotas, que anseiam por paz e tranqüilidade.

E' bem provável que o meu discurso seja a repetição de tantos outros que, com mais brilho, perfilaram o Govêrno que temos, os problemas com que nos debatemos.

Sejam, pois, as nossas primeiras palavras, em homenagem a êste Poder tantas vêzes vilipendiado, tantas vêzes, na História do Brasil, humilhado, mas altivo sempre, porque a sua altivez reside na bravura cívica dos cidadãos que o compõem, defensores do direito, das liberdades humanas, das franquias democráticas, da razão e jamais da força.

Se somos realmente êstes defensores, intérpretes dos anseios de um povo pacífico e ordeiro, não teríamos outro meio senão o de protestar contra qualquer opressão que, ostensiva ou veladamente, caísse sôbre a cabeça de nossa gente.

Estamos, pois, nesta tribuna agora, para, como cidadão brasileiro, com uma profissão que mais conhece as desgraças humanas, que é a de médico, dizer das angústias e das tristezas de um povo que a cada hora mais se distancia dos acontecimentos cívicos porque, simplesmente, muito tem sofrido, embora a cada govêrno

revolucionário se lhe renovassem as esperanças ante as profecias e as promessas conduzidas através dos projetos de impacto que, passado o momento solene de sua edição, se perdem entre tantos outros projetos governamentais.

Encerramos as comemorações da Semana do Exército Nacional. Comemoramos os seus feitos gloriosos. Reverenciamos os que se imolaram em defesa do Pavilhão Nacional, na Guerra Mundial, e os que ficaram sepultados em Pistóia. Mas, o que é o Exército? O Exército, no nosso entendimento, não é apenas o efetivo que se veste de verde-oliva, mas todos nós, todo o povo brasileiro.

Rendemos as nossas homenagens também ao Exército, e pedimos ao povo que participasse das homenagens e se integrasse nas comemorações.

Estamos, porém, entristecidos porque percebemos que os problemas gerais que afligem a nossa gente estão fazendo com que todos se recolham aos seus lares como que tementes, pesarosos, ansiosos. Não é falta de amor ao Brasil e nem falta de apreço às gloriosas Forças Armadas, mas é a aflicção, é a luta pela sobrevivência, que está levando o nosso povo a tornar-se retraído e triste.

O povo está sofrendo a pior de todas as doenças, a que se chama temor, com o qual a criatura não se habitua, mas o mal, tornando-se crônico, surge, como se fôsse uma defesa orgânica, a indiferença. Não quer o povo mais participar e, em face da força que está concentrada no Governo, que tudo pode, que tudo decide, que cassou aos seus legítimos representantes quase todas as prerrogativas, busca o caminho da omissão, num mecanismo muito bem estudado pela Psiquiatria — mecanismo da compensação para justificar uma frustração — frustração por não poder participar ativamente, colaborando inclusive com o Governo, na luta pelo progresso e pelo desenvolvimento, temeroso de ser mal interpretado pelos agentes do Governo.

Vê a nossa gente, quando surge alguma esperança, ir-se esvaindo e se perdendo, na realidade de um custo de vida incontornável; na negativa solução que se deu ao problema da moradia; no número crescente dos que não têm emprego e não encontram meios de trabalhar; dos que, tendo emprego, têm um salário de fome, sentindo mais desprezo pelo trabalho que amor e afeição pelo mesmo.

Não se há de subestimar as palavras dos que vêm à tribuna, não para tecer elogios aos que detêm o Poder, mas para mostrar-lhes as chagas, embora não nos apraza em nada os riscos da missão de se estar a funcionar como um polidor, empenhados jamais em

envernizar os Governantes, mas desejando sempre que todos os atos governamentais sejam em benefício da Terra, em favor do Povo, ao qual, nós, civis ou militares, investidos de mandatos, juramos defender. Nunca se deve subestimar as palavras da oposição, que são como a dor que avisa a presença de um estado *patológico*. Tenhamos a coragem de repetir: em cada casa há um drama, dos vencimentos que estão aquém das despesas, dos filhos sem emprego, dos associados do INPS sem assistência a tempo e à hora.

A angústia está hoje como se achava até 1964, presente e aumentando, porque a grande obra do Governo, — o BNH —, está triturando a paciência, está minando a tranqüilidade de milhares de pais que vivem assombrados com o fantasma das execuções judiciais, porque o custo de vida sobe mês após mês.

O que é associado e contribuinte obrigatório do INPS tem tido momentos em que, se fôsse facultativo sê-lo, se desligaria naquela hora, quando, depois de sofrer o martírio da fila, não consegue ser bem atendido e volta à casa mais enfermo do que havia saído.

O que tem adquirido a moradia, se quiser ter paz e fugir de sérios traumas, deve apenas pagar, sem cogitar sobre quanto ainda deve, porque o seu saldo devedor é quase sempre igual ao dobro do valor da casa, mais a importância já paga. É o instituto financeiro cujo capital se fez com o dinheiro do trabalhador — FGTS, concorre então para a pobreza deste, e para a riqueza dos que entraram no negócio pela porta aberta pelo parágrafo único do artigo 17 da lei que criou o Banco Nacional de Habitação, que ficou infelizmente assim concebido:

“O Banco Nacional de Habitação operará exclusivamente como órgão orientador, sendo-lhe vedado operar diretamente em financiamento, compra e venda ou construção de habitações...” Aí estão as causas da aflicção dos que compraram a casa financiada pelos agentes financeiros do BNH.

Ao lado de uma grande iniciativa do Governo Federal, surgiram os intermediários, que criaram, como ainda criam, uma série de artificios econômicos que os leigos não conhecem e nem entendem, mas que, em resumo, conduzem as prestações a tais alturas, e o saldo devedor assustadoramente ascendente, que o prestamista, em vez de ter tranqüilidade, passou a ter mais uma tormentosa situação a afligir-lhe os dias. O Governo não ficou insensível, é certo, e decretou a equivalência salarial, para conter a violência da correção monetária e a ganância dos intermediários. Louvável a medida. Entretanto, mais louvável seria se o Governo da República revogasse o parágrafo único do artigo 17 e autorizasse o Banco Nacional de Habitação a financiar diretamente, evitando-se

assim o privilégio dos agentes financeiros que estão nisto para ganhar dinheiro, e não por amor a ninguém, e nem tampouco para colaborar com o Governo.

De tudo isso, a conclusão a que chegamos é a de que o brasileiro que paga assistência médica através de sua previdência, não tem assistência. Falência do INPS.

O brasileiro que constituiu um banco para financiar-lhe a casa, não sabe se a tem, ou se o Banco (o intermediário ganancioso) a toma a qualquer momento, sofrendo tudo calado, porque o medo é uma constante, porque a cada dia se eleva mais o número dos nervos, principalmente as mães de família e donas de casa, às quais o chefe confia o ordenado, mas em cuja marmita se escasseia o pedaço de carne e diminui a ração. Principalmente as mães e esposas que sonharam anos e anos com uma casa e um dia se viram dentro delas como donas, mas de um momento para outro se vêem ameaçadas de perdê-la e com o prejuízo das prestações já pagas, perdas, portanto, uma economia feita a duras penas.

Se cada um deputado pudesse chegar perto de um trabalhador e discretamente lançasse um olhar para o interior de sua marmita, haveria de sentir-se surpreso e perplexo ante a pobreza e a quantidade de alimentação que garante ao tecelão, ao pedreiro, aos motoristas de coletivos, enfim a todos os trabalhadores de tôdas as categorias profissionais, as horas de trabalho que dão, que são capazes de dar, em benefício da grandeza desta Pátria. Não somente o sertanejo é "antes de tudo um forte", na expressão de Euclids da Cunha. E' o brasileiro do sertão ou da cidade que é, antes de tudo, um herói, para conseguir viver e sobreviver, quando tudo lhe é adverso.

Se o trabalhador brasileiro fôsse seguro de sua liberdade, há muito estaria protestando contra o tratamento que lhe é dispensado pelo INPS e contra a frustração em que se transformou o BNH, o baixo salário que percebe e o elevado aumento do custo de vida.

E' desalentadora a situação dos trabalhadores brasileiros. Basta fazermos uma simples comparação entre os salários mingua-dos que recebem e os preços altíssimos dos gêneros alimentícios, mesmo e principalmente os preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Senão vejamos:

Tomando por base o Estado de Minas, vamos encontrar, partindo de 1968: salário de 1968 — Cr\$ 101,25 — 1971, até maio: Cr\$ 178,00, percentual de aumento: 77%

Vejamos, porém, os preços das utilidades e o percentual de aumentos:

## PREÇOS DOS GÊNEROS

Para não tornar fastidiosa a enumeração, citaremos apenas preços de alguns artigos, os mais essenciais:

Produtos	1968	1971	%
Arroz amarelão .....	0,75	1,70	125%
Feijão roxinho .....	0,30	1,80	500%
Banha, pacote .....	2,30	3,50	40%
Açúcar cristal .....	0,34	0,64	80%
Cafê, Kg .....	0,47	3,80	700%
Carne . . . . .	2,00	5,50	120%
Leite . . . . .	0,35	0,58	70%
Óleo de Soja .....	0,69	3,20	250%

Enquanto os preços subiram de 70 a 700%, os salários se elevaram em apenas 70%. Agora, os índices salariais passaram para Cr\$ 216,00, com aumento de mais de 21%. Todavia, os preços já se elevaram em percentagem muito superior, de maio até os dias atuais, conforme mostraremos oportunamente, em outro discurso.

Finalizando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, desejo externar a identidade de pensamento nosso com o pensamento de S. Exa. o Sr. Presidente da República, o honrado Presidente Emilio Médice, que, num desabafo de sua consciência, afirmou: "O Brasil vai bem, mas o povo vai mal".

O trabalhador brasileiro, mal alimentado, não pode estar tranqüilo para continuar dando o seu suor pela grandeza da Pátria, quando sabe que: 1º) o BNH é sua frustração, pois o Governo oficializou a agiotagem dos agentes financeiros sobre os trabalhadores. 2º) O INPS continua sendo o grande desafio para o governo federal que até hoje não deu solução definitiva à Previdência Social no Brasil, aumentando a infelicidade dos trabalhadores brasileiros que necessitam do INPS. 3º) O salário-mínimo que o Governo estipula para os trabalhadores é um salário de fome, inconcebível numa Nação cristã como é o Brasil. 4º) O elevado custo de vida, mesmo e principalmente o preço dos gêneros de primeira necessidade não deixa restar nenhuma esperança, mesmo aos mais otimistas trabalhadores brasileiros. 5º) O número de

desempregados aumenta dia a dia, pois, o mercado de emprego diminui na razão inversa do nosso crescimento populacional. 6º) O FGTS (dinheiro do trabalhador) constituiu um banco (o BNH) que funciona contra os próprios trabalhadores, beneficiando a ganância dos intermediários agentes financeiros que se nutrem do suor e do sangue da classe operosa desta Nação.

Concluindo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o govêrno precisa abrir o jôgo da verdade em favor dos trabalhadores brasileiros que constróem no anonimato, lutando de sol a sol, a grandeza da Pátria brasileira.